

Aconteceu

Baixo astral toma conta do país

Collor propõe decálogo e negociação restrita para superar a crise

"Não quero ser bobo da corte. A vida está tão difícil. Eu falo para as pessoas ter esperança, mas em quê?". Nem Xuxa, a rainha oficial dos "baixinhos" e do alto astral nacional, escapa mais da "fossa" que nos últimos meses está tomando conta do país. O espetáculo que passa sob os nossos olhos é um misto diário de notícias de agravamento da crise econômica, corrupção descarada (cujos principais e piores exemplos parecem concentrar-se nos altos escalões do governo federal), violência generalizada (desde atentados contra trabalhadores rurais até homicídios de adolescentes para o roubo de um par de tênis), impunidade absoluta.

Segundo o presidente Collor - cujo índice de popularidade está em queda livre - a saída desta situação passa pelo entendimento com o

Congresso e pela conseqüente aprovação de um pacote de reformas constitucionais, o chamado "Emendão". O *Jornal da Tarde* do dia 19/9/91 antecipou os dez pontos da proposta que Collor colocou na mesa:

- Fim da estabilidade do servidor público
- aposentadoria por limite mínimo de idade (55 anos para mulheres e 60 para homens)
- reforma fiscal: taxa de 1% sobre todos os cheques; todo assalariado passa a recolher imposto de renda
- fim de privilégios a empresa nacional, para incentivar investimentos estrangeiros
- empresas estatais ficam sujeitas a lei de falências
- privatização das telecomunicações
- idem do setor portuário
- abertura da mineração ao capital estrangeiro
- pedágios em todas as rodovias
- reconhecimento de patentes de produtos estrangeiros.

Atentado contra sindicalista no Acre

João F. Ripper



Gumercindo Rodrigues, 34, assessor do Conselho Nacional dos Seringueiros e companheiro de Chico Mendes, levou dois tiros no dia 17/9 em Rio Branco, AC. A Polícia Civil identificou o madeireiro Camilo Yunes Jr. como co-autor do atentado, atribuído pelo secretário de Segurança Pública do Estado como "crime passionnal". Até o fechamento dessa edição, a direção do CNS não havia emitido nota oficial. (CEDI)

☐ Outro líder seringueiro sofreu atentado em Cruzeiro do Sul. (p. 10)

Ex -ministra Zélla envolvida no escândalo do café (página 3)

4º Concut (página 12 e 13)

Crise econômica reduz até as queimadas. Mas o Brasil está queimando (página 4)

Do sonho ao pesadelo

Em um ano e meio de governo, boa parte das promessas do candidato Fernando Collor não encontra paralelo nos dados da realidade

Collor é reprovado por 41% da população

Os brasileiros completaram, em 15 de setembro, um ano e meio de observação do governo Collor. Pesquisa nacional do Data-Folha, publicada pelo jornal Folha de São Paulo no último dia 15, atesta que o país não gostou do que viu nos 18 meses de "Brasil Novo".

Uma parcela de 41% da nação deu ao governo nota ruim/péssimo, enquanto 57% da população não acredita que a crise econômica seja resolvida e 56% dos brasileiros acham que Collor não cumpre o que prometeu. Nada menos que 81% dos entrevistados esperam um aumento da inflação. Percentual quase idêntico (82%) acham que ganham menos do que precisam para viver e outra legião de insatisfeitos (72%) afirma que o poder de compra pessoal é hoje menor que antes da posse de Collor.

Quando chegou ao Planalto, o presidente inspirava confiança em 71% da população, que esperava dele um governo ótimo ou bom. Hoje esse percentual caiu para meros 18%. Uma expectativa de ruim/péssimo de 4%, antes da posse, saltou para os 41% anuais.

Para coroar a avaliação negativa dos brasileiros sobre seu governo, se tivesse que enfrentar Lula novamente, Collor amargaria pesada derrota. Lula contaria com os votos de 43% da população contra apenas 28% de Collor e 23% de votos brancos e nulos. (Folha de S. Paulo, 15/9/91)

Tema	Promessa de campanha/posse	Realidade
Inflação	"O compromisso que eu mantenho é o de reduzir, no espaço de 18 meses, a inflação a no máximo 3% ao mês" (13/02/90)	Inflação de 11,59%, ao final do 17o mês (agosto), com tendência de alta
Salário mínimo	O governo garantirá o crescimento real do salário mínimo, tendo como meta a sua triplicação em termos reais" (<i>Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor</i> , documento da campanha eleitoral apresentado em 1989)	Salário mínimo de agosto de 1991 41,2% mais baixo que no último mês do Governo Sarney
Produto Interno Bruto (PIB)	Aumento de 47% até o final do governo (<i>Diretrizes...</i> , 1989)	Queda estimada pelo IBGE de 4% no primeiro ano de Collor e nova previsão de recessão para 1992
Produção agrícola	Elevar a produção de grãos dos 70 milhões de toneladas registrados em 1989 para 97 milhões de toneladas em 1994 (<i>Diretrizes...</i> , 1989)	Safra de 57,3 milhões de toneladas em 1991 - a pior em cinco anos
Funcionamento	"Não vai haver nenhuma pessoa que chegue à repartição, no final do mês, apenas para receber seu salário" (23/12/89, em sua primeira entrevista como presidente eleito)	30 mil servidores continuam em disponibilidade recebendo vencimentos integrais sem precisar trabalhar
Constituição	"Eu espero que nós possamos de uma vez por todas deixar de pensar em casuísmos para adaptar a legislação em vigor às circunstâncias ou às conveniências do dia-a-dia" (23/12/89, em sua primeira entrevista como presidente eleito)	"A atual Constituição é um programa de governo. Os governadores também sentem os problemas causados por essas amarras e querem modificá-las" (14/09/91, ao justificar o Emendão)
Corrupção	"Meu primeiro ato como presidente da República será mandar para a cadeia um bocado de corruptos" (29/11/89, em entrevista à revista <i>Veja</i>)	Levantamento revela pelo menos 28 casos de irregularidades em um ano e meio de governo, dos quais dois envolve a primeira-dama Rosane Collor. Nenhum funcionário de escalões superiores foi demitido por corrupção. Até o final de 1990, 25 servidores de escalões inferiores foram afastados por irregularidades e 8 pessoas foram presas

(O Estado de S. Paulo, 15/9/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Carlos Alberto Ricardo ★ Jornalista Responsável: Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ Editores Assistentes: Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Lais Menezes (Interina Meio Ambiente) ★ Secretária de Redação: Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ Documentação e Pesquisa: Ângela Galvão ★ Arte Final: Maria Cristina Ricardo ★ Fotolitos e Impressão: Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 3.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 1700,00

Assinatura Exterior: US\$ 50

Escândalo do café envolve primeiro escalão do governo

Um documento confidencial do Ministério da Economia que chegou às mãos do deputado federal José Dirceu (PT-SP) confirma o envolvimento de integrantes do "primeiro escalão" do governo no escândalo do café - o vazamento de informações privilegiadas que favoreceu algumas empresas brasileiras no último mês de março. Em doze páginas, a Commodity Futures Trading Commission, o órgão que fiscaliza as operações com *commodities* nos Estados Unidos, lista 11 exportadores brasileiros que operaram no mercado americano dois dias antes da suspensão temporária das exportações brasileiras de café, anunciada de repente pela então ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, com a alegação que precisava discutir o retorno do Brasil ao Acordo internacional do Café.

Além de provocar grandes altas nas cotações do café nas principais

bolsas de valores internacionais, a notícia levantou imediatamente a suspeita de que alguns empresários haviam se beneficiado com a medida, por terem tido conhecimento prévio da decisão do governo. Entre o meio-dia e as 14 horas do dia 21 de março, antes que a notícia fosse oficialmente divulgada, um único corretor comprou três mil contratos de entrega futura de café na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque, numa operação que pode ter proporcionado um lucro superior a US\$ 5 milhões. Naquele dia, a Bolsa negociou 15 mil contratos, 5000 a mais do que o movimento normal.

Ex-integrantes da equipe econômica estão envolvidos na operação: além da própria ministra Zélia, apenas três altos funcionários do Ministério tinham conhecimento da suspensão das exportações. O documento confirma, por exemplo, o envolvimento no escândalo de Gui-

herme Ribeiro, um amigo de Leopoldo Collor, o irmão mais velho do presidente da República. A empresa de Ribeiro integra a relação das exportadoras que atuaram em operações fraudulentas de café. Entre outras, está também a de Pedro Henrique Mellão, amigo pessoal de Zélia, que admitiu ter lucrado na operação US\$ 160 mil, mas negou ter recebido qualquer informação confidencial. "Todas as minhas denúncias foram confirmadas", diz Dirceu. Até agora, a única informação oficial do governo sobre o escândalo foi a divulgação, no início do mês de abril, da conclusão do trabalho da comissão de sindicância do Ministério da Economia, segundo a qual "o governo não conseguiu provar o envolvimento de ninguém". (Rita Tavares/*Jornal do Brasil*, 14/9/91; *Folha de S. Paulo*, 18/9/91)

Fraudes e irregularidades marcam a presidência Collor

Nos primeiros dezoito meses de presidência Collor, a imprensa noticiou 28 casos de escândalos, denúncias ou suspeitas de irregularidades envolvendo o governo. O levantamento foi efetuado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, e como reação o deputado federal José Dirceu (PT-SP) pediu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a corrupção do governo. Já existe uma CPI no Senado, mas criada apenas para investigar irregularidades na contratação de obras públicas. A CPI sugerida por Dirceu seria mais ampla, e poderia investigar também denúncias como a envolvendo o pagamento pelo Banco do Brasil de uma dívida de US\$ 85,9 milhões contraída por usineiros alagoanos em 1984. Uma CPI análoga foi instalada no final do governo Sarney,

sem apresentar resultados. Um dos principais alvos das investigações foi o então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, o "Toninho Malvadeza", hoje governador da Bahia e "implacável" censor da moralidade pública do atual governo.

Nenhum dos 28 escândalos denunciados teve apuração concluída. Entre estes, o empréstimo ilegal de US\$ 276 milhões concedido pelo Banco do Brasil à companhia aérea Vasp, os gastos pessoais incompatíveis com os próprios salários de grande parte dos ministros e do primeiro escalão do governo, as fraudes na Legião Brasileira de Assistência (LBA) dirigida pela primeira-dama Rosane Collor, e assim por diante. (*O Estado de S. Paulo*, 15/9/91)

Cunhado de Collor tenta matar prefeito de Canapi

"Você está falando mal da minha irmã. Agora vamos acertar as contas, seu cabra safado". Poucas palavras seguidas por dois tiros, em direção à cabeça de Mauro Fernandes da Costa, prefeito de Canapi. Foi dessa forma que "Joãozinho" Malta, um brutamonte de 19 anos e 150 quilos, irmão mais novo da primeira-dama Rosane Collor, reagiu no último dia 6 às denúncias sobre o desvio de verbas da LBA em favor da sua família, confirmadas aos jornalistas pelo prefeito da pequena e paupérrima cidade do interior de Alagoas, tradicional currel eleitoral dos Malta. A vida de Mauro Fernandes foi salva apenas pela rapidez de reflexos de um freguês do bar onde houve o tiroteio, que desviou o braço de "Joãozinho". O caçula da dinastia Malta, que aos 15 anos já tinha matado um homem numa briga política que envolvia a família, se entregou à polícia seis dias depois, após uma vergonhosa negociação dos seus parentes com o governador Gerardo Bulhões e a polícia do estado, que - segundo relatos da imprensa - praticamente renunciou a procurar "Joãozinho". Embora tenha completado apenas o curso primário, "Joãozinho" está preso numa cela especial, com mordomias e direito a visitas de parentes, todos privilégios que a lei não lhe concederia. (*CEDI*, 17/9/91)

Novos desafios para o sindicalismo

As transformações tecnológicas em curso nesse final de século coloca questões inéditas que apontam para a necessidade de profundas mudanças na prática do movimento sindical. Quem manda esse recado é o deputado federal Alofio Mercadante em artigo publicado na última edição da revista **Tempo e Presença**.

Editada às vésperas do 4º Concut, **Tempo e Presença** traz também artigos sobre negociação, sindicalismo oficial, saúde e meio-ambiente e outros assuntos atuais do movimento sindical.

Pedidos pelo fone (011) 825-5544.

Queimadas na Amazônia e em todo o país

A seca que vem se prolongando em todo o país favorece as queimadas. Na última semana de agosto, o total de focos detectados pelo satélite NOAA-11 chegou a 75.638. Na primeira semana de setembro a estimativa foi de 60.211 focos. O fogo avança no Pantanal matogrossense. Entre Pontes de Lacerda e Cuiabá, limite norte do Pantanal, a imagem do satélite desenha uma linha negra com mais de 2 mil pontos de fogo. As queimadas chegam às proximidades do Parque Nacional do Pantanal e nas fazendas de gado em Mato Grosso do Sul.

Na Amazônia cresce o número de pontos. Em Rondônia ocorrem queimadas em todo o estado concentrando-se, porém, ao longo da BR-364. Na semana de 30/8 a 4/9 o fogo esteve mais intenso em Cacoal e Ji-Paraná. No Acre as queimadas acompanham os eixos rodoviários - BR-364, entre Rio Branco e Xapuri, e BR-317, entre a capital e a cidade de Sena Madureira.

No Pará e em Mato Grosso as queimadas são mais intensas na região do Bico do Papagaio. As imagens do satélite registram queima-

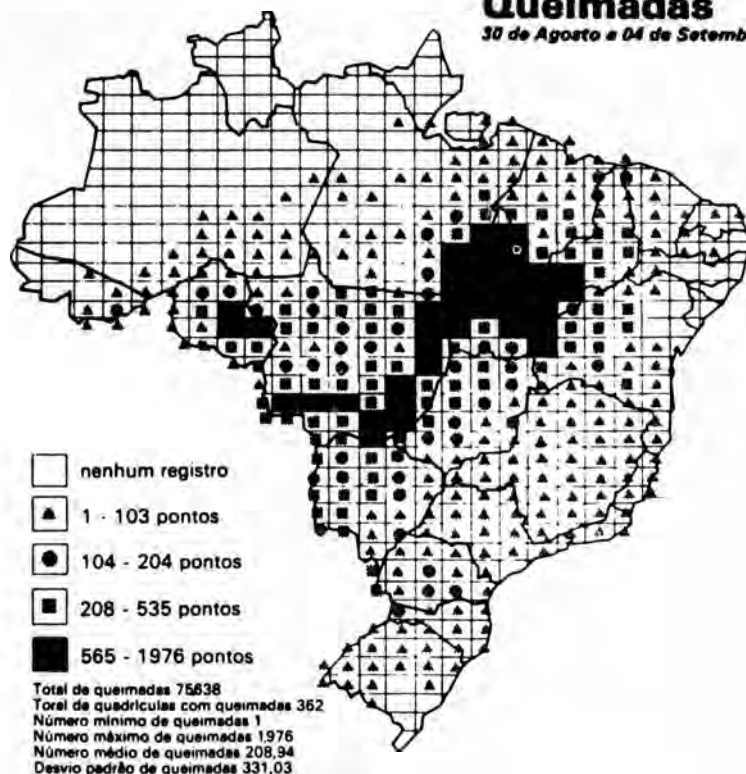
das isoladas na margem esquerda do Amazonas, no estado do Pará, próximo ao Projeto Jari.

O estado de Tocantins está praticamente coberto pelas queimadas. O mapa a seguir indica esta situação. Os desmatamentos na fronteira entre a Colômbia e o Brasil já reduziram a vazão do rio Amazonas em pelo menos 25%; a diferença do nível das águas entre a estiagem e as chuvas, que era de 12 metros, já supera os 15 metros e tende a piorar.

Com 175 metros cúbicos de água por segundo na estiagem - ou 10% de toda a água doce do mundo -, o Amazonas depende em mais de 50% do vapor d'água oriundo da floresta para manter sua vazão. Especialistas como P. Fearnside, do Inpa, indicam a queda da taxa de desmatamentos na Amazônia, a partir de 1987. O cientista, porém, atribui esta queda à crise econômica que o país enfrenta onde os recursos estão escassos para investimentos nas fazendas. (*O Estado de S. Paulo*, 7/9/91; *Jornal da Tarde*, 9/9/91; *Jornal do Brasil*, 12/9/91; *CEDI*, 11/9/91)

Queimadas

30 de Agosto a 04 de Setembro



Desmatamento avança no mundo

O Relatório da ONU para o Congresso Mundial de Florestas, que acontecerá em setembro em Paris, afirma que o mundo perde por ano uma área igual a soma do território da Holanda, Dinamarca e Áustria de florestas nativas.

As florestas tropicais estão desaparecendo num ritmo 50% mais veloz do que há dez anos. As perdas atingem 17 milhões de hectares por ano.

O Relatório, produzido pelo Grupo de Recursos Florestais da FAO/ONU, menciona além da Amazônia, a Mata Atlântica brasileira como uma das áreas ameaçadas do mundo. A FAO considera como área desflorestada aquela que teve 90% de sua flora nativa destruída. Outras áreas ameaçadas seriam: as florestas da Indonésia, Madagascar e Filipinas (Ásia) e as vegetações da Tanzânia e Guiné (África).

Os efeitos imediatos do desflorestamento, de acordo com o Relatório, incluem a extinção de espécies de plantas, animais e a queda da renda e nível de emprego.

A pressão populacional e a pobreza crescente, que empurram cada vez mais as pessoas para a exploração das florestas, representam 75% das causas do desmatamento. São as queimadas realizadas por agricultores sem terra e por pequenos proprietários, com o objetivo de plantar e alimentar suas famílias, afirma o Relatório. Entre 1981 e 1990, 40% do desmatamento mundial ocorreu na América Latina e cerca de 30% na Ásia e no Pacífico.

As florestas tropicais cobrem 20% da superfície terrestre (2,97 bilhões de ha); cerca de 40% já foram destruídas. Elas são o habitat de mais da metade das espécies animais e vegetais do planeta. (*Folha de S. Paulo*, 9 e 10/9/91; *CEDI*, 11/9/91)

Terras Indígenas no Brasil

Guia de referência sobre a situação atual de 526 terras indígenas - 132 pág.

Situação jurídica • Povos • Localização • Demografia • Grandes Projetos

Cr\$ 6.010,00 o exemplar

Cheque nominal ao CEDI, a/c Setor de Distribuição

ECO-92

PrepCom termina sem chegar a acordo

Após três semanas de reuniões, o terceiro encontro do PrepCom (Comitê Internacional que prepara a conferência oficial da ONU para 92) em Genebra terminou deixando a impressão entre vários participantes de que, apesar do avanço em alguns pontos, o pior da negociação ainda está por vir.

Os representantes dos 115 países que participaram levaram como saldo inúmeras críticas das ONGs, insatisfeitas com o papel secundário que lhes foi reservado até agora e com a recusa dos países mais ricos - especialmente os Estados Unidos - em assumir maior responsabilidade no financiamento da preservação da natureza.

Para as ONGs, a conferência do Rio só terá êxito se forem apresentadas soluções concretas para resolver a desigualdade entre países ricos e pobres.

A retórica do governo brasileiro vai na mesma linha. "A Conferência será um sucesso se tiver substância. Só teatro não adianta", afirmou o secretário geral do Itamaraty, embaixador Marcos Azambuja. (*Jornal do Brasil* e *O Globo*, 5/9/91; *CEDI*, 6/9/91)

Empresários na Rio-92

O suíço Stephan Schmidheiny, que será o representante da comunidade internacional dos empresários na Rio-92, está preparando um livro de 500 páginas e tiragem inicial de 20 milhões de exemplares para retratar as políticas ambientais públicas e as empresariais.

O presidente do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD), entidade que reúne os presidentes mundiais da Volkswagen, Dow Química, Du Pont e Alcoa, conta com uma equipe de 100 pessoas para elaborar o livro. Nos próximos dias 7 e 8 de outubro, no seminário "Desenvolvimento e Ecologia na América Latina: a visão empresarial" será a vez dos empresários brasileiros começarem a dar sua contribuição à Rio-92. O representante do BCSD no Brasil é o empresário Márcio Fortes, também organizador do seminário. (*Jornal do Brasil*, 5/9/91)

Os principais temas discutidos na 3ª Reunião do PrepCom

Camada de ozônio - Como nas demais discussões, os países do 3º Mundo se uniram para reivindicar fundos adicionais para que possam eliminar o uso de clorofluorcarbonatos (CFC). O gás, usado em sistemas de refrigeração e em aerossóis, é um dos principais causadores do buraco na camada de ozônio da atmosfera.

Houve grande pressão para que o maior número possível de países ratifiquem logo o Protocolo de Montreal, assinado por 72 países, e que estabeleça a eliminação do uso do CFC até o ano 2000.

Alterações climáticas - Não há, por enquanto, nenhum sinal de avanço nesta negociação: os EUA deixaram claro que não vão assinar qualquer documento em 1992, se comprometendo a reduzir suas emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases na atmosfera.

É o alto padrão de consumo de energia nos países ricos que provoca a liberação destes gases, causando o Efeito Estufa (aumento da temperatura da Terra). Como o problema é também resultado do desmatamento de florestas, os EUA insistiram na preservação das florestas. Países como Brasil e Malásia não aceitam esse princípio, alegando que 80% do problema é causado pelo alto consumo de energia nos países ricos.

Floresta - Este foi o único tema em que se chegou a um texto (informal) expondo divergências e propostas. Vários países reconhecem que as funções econômicas e sociais das florestas

devem ser respeitadas. Mas as negociações estão longe de um acordo.

A Malásia propôs que o corte de árvores para fins de agricultura não seja considerado desmatamento. EUA, Canadá, Comunidade Européia, entre outros, insistem na elaboração de uma convenção internacional sobre floresta e querem a criação de uma agência internacional para monitoramento de florestas, descartada pelo Brasil e por outros países.

Biodiversidade - A convenção sobre o tema será assinada no Rio, mas um acordo está longe de ser fechado. O debate para a preservação da biodiversidade do Planeta (riquezas vegetais e animais) esbanjou numa questão: quem se beneficia destas riquezas?

Os países em desenvolvimento queixam-se de que, apesar de deterem a maior parte destas riquezas, os países ricos monopolizam a tecnologia e os laboratórios para estudo e uso da biodiversidade.

Brasil e México afirmam que a transferência de biotecnologia é condição básica para uma convenção sobre a preservação da biodiversidade. Eles alegam que os recursos biológicos do Terceiro Mundo estão gerando enormes lucros para os países ricos e querem que seja incluída a questão da propriedade intelectual. Os países ricos temem que uma decisão sobre transferência de tecnologia acabe impondo obrigações para empresas privadas. (*O Globo*, 7/9/91)

Rio-92: eventos oficiais em outros estados

Além da programação a ser desenvolvida no RJ, a Rio-92 terá eventos oficiais no Paraná, em São Paulo e no Distrito Federal.

Em Curitiba será realizado o Fórum Mundial das cidades para discutir as relações entre as questões urbanas e o meio ambiente. Em São Paulo haverá a Eco Brasil 92, uma exposição internacional de tecnologia ambiental, instalada no Parque Anhembi. O objetivo é o de mostrar as tecnologias disponíveis

em todos os países para a proteção ambiental.

Em Brasília a reunião será em outubro, após a conferência do Rio. Intitulada Encontro da União Interparlamentar, conta com o apoio do Congresso Nacional e pretende reunir parlamentares de todo o mundo para discutir politicamente os resultados da Rio-92 e ratificação de acordos e convenções nos respectivos parlamentos. (*Jornal do Brasil*, 30/8/91; *CEDI*, 6/9/91)

POLÍTICA AGRÍCOLA

Programa de preservação ambiental em TO envolve sindicatos e pesquisadores

Programa Parceria: quem são os parceiros?

Afirmado o objetivo de aumentar a produtividade das terras cultiváveis do país, o governo federal, através do Ministério da Agricultura, lançou no último dia 3 o Programa Parceria. Segundo o ministro Antonio Cabrera, a meta é ocupar produtivamente 25 milhões de ha, beneficiando 700 mil famílias de agricultores. De acordo com as regras do Programa, a partir do cadastramento de proprietários e agricultores interessados no Banco do Brasil ou na Emater, proceder-se-á à alocação destes últimos nas terras dos primeiros através de contratos de parceria ou de arrendamento. Na parceria, a relação do agricultor com o proprietário estabelece-se pelo pagamento de um percentual da produção, sendo os lucros de uma boa colheita e os prejuízos de uma pequena safra divididos; no arrendamento, o agricultor paga ao proprietário uma quantia fixa, assumindo sozinho os lucros e prejuízos.

Mesmo que o Programa se constitua numa iniciativa ainda não implantada, valeria chamar atenção para o fato de que sua execução não prescinde da iniciativa privada. Esta está respondendo ao chamado com recursos e interesse: 25 empresas privadas do setor agropecuário, que têm interesse no aumento da oferta de matéria-prima e/ou do consumo de insumos, repassaram, até o momento, US\$ 290 mil para o Programa, e farão contribuições mensais para os custos de divulgação.

Por outro lado, o Programa conserva mecanismos de política agrícola que têm se revelado excludentes para os pequenos agricultores: o acesso ao crédito (custeio e investimento) de acordo com a sua disponibilidade no mercado, e a entrega ao banco das máquinas e da safra a ser colhida como garantia de pagamento da dívida. (Gazeta Mercantil, 4/9/91; Folha de S. Paulo, 10/9/91; CEDI, 16/9/91)

Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia estão desenvolvendo, junto com uma equipe de pesquisadores, o Programa Centro Agro-Ambiental do Tocantins. Coordenado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, e contando também com recursos da Inglaterra, dos EUA e da França, o Programa beneficia atualmente três mil famílias. O objetivo é a melhoria das condições de vida e trabalho da população, usando para tal o seu conhecimento empírico e o produzido academicamente.

Há dois anos e meio o Programa desenvolve atividades de preservação e recomposição da floresta, que são acompanhadas por uma equipe multidisciplinar de pesquisa ligada ao Laboratório Sócio-Agrônomo

do Tocantins, que está vinculado às principais instituições de pesquisa do Pará. Sob a orientação de 25 pesquisadores, os trabalhadores beneficiam e comercializam produtos da floresta: cupuaçu, açaí, bacaba, castanha, copaíba e andiroba. Eles estão também implantando 60 viveiros destas árvores, com 5 mil mudas cada um, para recompor a cobertura de áreas desmatadas.

Os quatro STRs da região de atuação do Programa formam ainda a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia. Através dela desenvolvem um trabalho de educação ambiental sobre a preservação da mata, as desvantagens das aparentes "vantagens" oferecidas pelos madeireiros que atuam na região, e os riscos da siderurgia desenvolvida a partir do carvão vegetal. (*Jornal do Brasil*, 9/9/91)

□ **Acampamento:** Em Aracajú, trabalhadores rurais ligados ao MST de Sergipe armaram um acampamento em frente ao Palácio do Governo. eles reivindicam o assentamento numa fazenda pertencente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (*O Estado de S. Paulo*, 12/9/91)

Produtores rurais e legislação ambiental

Alegando prejuízo pelas atuais "leis ecológicas" e no intuito de constituir um canal de reivindicação correspondente, representantes de "produtores rurais, agropecuaristas e extrativistas" fundaram, no dia 4 de setembro, a Comissão de Proteção aos Produtores. Esta Comissão, com sede no Sindicato Rural (patronal) de Ribeirão Preto - região onde se localiza o pólo mais desenvolvido da agroindústria canavieira -, atuará no sentido de obter apoio junto à "bancada ruralista" do Congresso Nacional para a alteração de itens da legislação ambiental em vigor. (*Gazeta Mercantil*, 9/9/91)

Agrotóxico já afetou 90 mil na zona rural

A Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro calcula que 30% dos 300 mil trabalhadores rurais no estado, sofrem ou já sofreram intoxicação por agrotóxicos. Entre as razões apontadas estão o uso, na fabricação de agrotóxicos, de substâncias proibidas em outros países; a deficiência de fiscalização na venda e na utilização dos agrotóxicos; e a virtual desativação da Comissão Estadual de Controle de Agrotóxicos e Outros Biocidas (Cecab), criada em 1984.

O Centro de Informações Toxicológicas, criado para orientar vítimas e médicos, registra em média 600 casos anuais de intoxicação por agrotóxicos, mas estima que este índice representa 15% a 20% do número real.

A Secretaria Estadual de Saúde registrou, em 1990, 78 mortes por intoxicação, 25 decorrentes de uso de agrotóxicos. Em Nova Friburgo registraram-se 23 mortes somente no segundo semestre. Houve vários casos também em Petrópolis, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Sumidouro, Campos, Itaguaí, Araruama e Silva Jardim. (*Jornal do Brasil*, 11/9/91)

Atingidos por barragens no Sudeste ameaçados de expulsão

Furnas Centrais Elétricas está criando problemas para centenas de trabalhadores rurais que vivem em área comprada pela empresa, no noroeste fluminense, para a construção de três barragens. Uma das cláusulas da escritura de compra (assinada em 1987) permite que os antigos proprietários continuem usando as terras e gerenciando as relações de trabalho até o início das obras, que se dará em 1994. No entanto, vários agricultores estão sendo expulsos das terras pelos ex-proprietários, sem que a empresa se manifeste.

Furnas tem optado por não interferir nos conflitos, justificando sua omissão com base nos termos da escritura.

A situação desrespeita a Constituição estadual, que estabelece que a União reinstale toda a população atingida pela obra, incluindo os meeiros, arrendatários e posseiros, disse o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Aloísio de Oliveira (PDT). Esta comissão, assim como a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão de Trabalhadores Atingidos por Barragens, estão empenhadas em exigir da União o imediato reassentamento das comunidades a serem atingidas pelas águas, o que não significa somente transferir as pessoas para outras áreas, mas dar condições para que elas possam restabelecer sua vida social e econômica. (*O Dia*, 2/9/91)

Assentados bloqueiam estrada no Mato Grosso do Sul

Um grupo de 700 trabalhadores rurais assentados no Projeto Indaiá, município de Itaquiraí (MS), bloqueou a Rodovia MS-141, que liga Mato Grosso do Sul ao Paraná, para exigir do governo a liberação dos recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, incluindo o financiamento para custeio da próxima safra agrícola e crédito alimentação para 600 famílias. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) informou que a situação no assentamento "é crítica". O plantio de milho, algodão e arroz está atrasado e as famí-

lias não têm alimentos.

Os colonos fecharam a rodovia com troncos de árvores, provocando um congestionamento de 15 quilômetros. O bloqueio ocorreu no dia 10 de setembro, e durante confronto com a Polícia Militar, três trabalhadores rurais foram presos e um foi ferido por um tiro.

Depois de 12 horas de protesto, os assentados conseguiram do governo estadual a liberação de Cr\$ 5 milhões para a compra de alimentos. (*Jornal do Brasil*, 11/9/91; *O Estado de S. Paulo*, 12/9/91)

Cooperativas urbanas comercializarão castanha do Acre

A Central Única dos Trabalhadores/RJ, através dos sindicatos filiados, organizará cooperativas urbanas para a comercialização de castanha-do-pará e vários outros produtos vindos diretamente da Amazônia por intermédio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Em Xapuri, no Acre, uma usina de beneficiamento de castanha - onde estão organizadas 182 famílias - já está em funcionamento, permitindo aos trabalhadores vender o produto, cotado a Cr\$ 9 mil o quilo nos mercados do Sul, por apenas Cr\$ 1.200,00 para o consumidor carioca. Atualmente, a usina

exporta por mês cerca de 14 toneladas de castanha para os Estados Unidos e vários países da Europa.

Além da venda de castanhas para as cooperativas organizadas pela CUT/RJ, Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do STR de Brasília (AC), está negociando com as prefeituras do Rio, São Bernardo do Campo (SP), São Paulo e Curitiba a participação do produto na merenda das escolas municipais. "Cada unidade de castanha possui a mesma quantidade de proteínas de um bife de 100 gramas", garante o sindicalista. (*Cristina Portela/O Dia*, 23/8/91)

Cinco mil famílias ameaçadas

Mais de cinco mil famílias de pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e meeiros vivem nos 118 quilômetros que serão inundados pelo Complexo Hidrelétrico do Noroeste Fluminense. As terras compradas por Furnas até agora para a construção das barragens representam menos de 5% da área total a ser inundada, que abrange os municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Três Rios, Sapucaia e Cantagalo, além de cinco municípios em Minas Gerais. A primeira barragem a ser construída será a de Simplício, com início das obras marcado para 1994. Nos anos seguintes serão instaladas as de Sapucaia e Itaocara, que vão gerar energia para o eixo Rio-São Paulo. (*Regina Luniere/O Dia*, 2/9/91)

CNBB divulga documento contra violência na Amazônia

Os 13 bispos da Igreja Católica que compõem o secretariado regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), denunciaram prisões ilegais e tortura de posseiros, além de ameaças e atentados de fazendeiros e Polícia Militar contra padres, religiosos e sindicalistas. Em nota intitulada "Até quando, Senhor?", a regional da CNBB diz também que integrantes do Judiciário tomam, abertamente, posição em favor dos responsáveis pelos crimes, acobertando-os.

A nota foi aprovada por unanimidade pelos bispos durante a Consulta Ecumênica sobre a Amazônia (ver seção Igrejas). Dentre os casos de violência na Amazônia, os bispos citam o espancamento do padre Danilo Lago, dia 28 de agosto, em São Félix do Xingu; a prisão arbitrária da irmã Marta Rancheski, no mesmo município, por ordem da promotora Maria de Nazaré Santos Viana; e as repetidas ameaças de morte contra os padres de São Félix, Tucumã e Ourilândia do Norte. (*Jornal do Brasil*, 10/9/91)

Massacre dos jesuítas em El Salvador pode não ser esclarecido

Uma disputa ferrenha entre uma ordem da Igreja Católica e a embaixada americana sobre elementos importantes do inquérito do massacre de El Salvador, já convenceu muita gente de que a verdade nunca será descoberta.

O caso é o julgamento do coronel Guillermo Benavides e sete subordinados, acusados do massacre de seis padres jesuítas, da empregada deles e sua filha adolescente em 16 de novembro de 1989. A embaixada americana ficou envolvida no caso por causa das declarações feitas pelo major Erick Buckland, um assessor do Exército americano que trabalhava em El Salvador na época do crime.

Omissão de provas - Os jesuítas acusam os Estados Unidos de terem escondido provas e obstruído uma investigação completa do caso. Eles também alegam que o embaixador americano, William Walker, está informado de que os superiores do coronel Benavides - e talvez o próprio presidente Alfredo

Cristiani - sabiam com antecedência de um complô para matar os jesuítas, mesmo que eles não tenham participado de sua elaboração.

Julgamento desperdiçado - Sob circunstâncias normais em um país onde nunca um militar foi julgado por violar os direitos humanos, o julgamento de Benavides, que deverá começar em meados de novembro, seria saudado como um grande progresso. Há apenas dois anos, cairia no ridículo qualquer um que sugerisse que um coronel do Exército - colega de academia dos principais comandantes militares - poderia terminar condenado por matar sacerdotes.

Mas, nas palavras de um diplomata europeu, "não existe chance de que alguém vá aceitar como verdadeiro o resultado do julgamento, mesmo que os réus sejam condenados. Os americanos e os jesuítas trabalharam para que isso acontecesse". (*Jornal do Brasil*, 12/9/91)

Vaticano restabelece relações com a Albânia e defende a Croácia

O Vaticano anunciou o restabelecimento de relações diplomáticas com a Albânia, depois de mais de quatro décadas de violenta perseguição aos católicos por parte do extinto regime stalinista albanês.

"Possa a Albânia redescobrir sua tradição religiosa e conseguir a posição que a espera na Europa e no mundo", diz o comunicado da Santa Sé. Para o primeiro governo não-comunista na Albânia em 50 anos, as relações com o Vaticano constituem um passo importante no caminho da redemocratização. O Vaticano tem agora relações com todos os Estados da Europa oriental.

"Aspirações legítimas" - Num pronunciamento para milhares de

fiéis húngaros e iugoslavos, que cruzaram a fronteira especialmente para ouvi-lo, o papa João Paulo II defendeu o que chamou de legítimas aspirações de independência da república iugoslava da Croácia. Cerca de 50 mil croatas aplaudiram e ergueram bandeiras da república, quando o papa falou no idioma deles: "Eu espero que em breve eu possa visitar vocês".

Mais de 300 pessoas morreram em choques na Croácia e na Eslovênia desde que estas duas repúblicas decidiram se separar do resto da federação iugoslava, em julho passado. (*Jornal do Brasil*, 18/8/91; *O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*, 8/9/91)

D. Luciano critica "degradação moral"

O presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse em Manaus (AM) que o país vive um "clima de degradação moral em todos os setores". Se-

gundo ele, a "degradação não pertence só ao campo dos negócios e da vida pública, mas também ao do comportamento conjugal e familiar".

O presidente da CNBB afirmou que a Igreja Católica foi "margina-

Sinal dos tempos?

Não existe nada que o identifique. Mas há três meses funciona sob um viaduto no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, um templo onde se realizam cultos de três igrejas: Nova Vida, Pentecostal e a Assembléia de Deus.

"Depois que essa igreja foi construída nunca mais tivemos brigas por aqui. Todos nós estamos satisfeitos", diz Maria Emilia da Conceição Oliveira, 86 anos, que levanta as mãos para o céu e se define como "uma ovelha da Igreja de Nova Vida". Ela diz que o templo é "uma benção" para as 100 pessoas que vivem nos 33 barracos da favela Toca do Coelho, embaixo do viaduto Engenheiro Paulo de Souza Reis.

Outra moradora, Marluce do Carmo, 16 anos, da Igreja Pentecostal, diz que a construção teve a ajuda de todos. "O material foi cedido pelo pastor da minha igreja e a obra ficou por conta do pastor da Nova Vida", conta. As janelas foram doação de Marluce: "Eu ganhei as janelas de um senhor que passou de carro por aqui. Ia colocar no meu barraco mas resolvi ceder para a igreja", disse.

Os diferentes cultos têm dia certo para evitar confusão: segunda, quarta e sexta, os da Nova Vida; domingo e terça, da Pentecostal, e quinta e sábado, da Assembléia de Deus. Começam todos às 19h30, quando a maioria dos moradores chega do trabalho. (*Jornal do Brasil*, 7/9/91)

lizada" pelo governo no debate do Emendão por não ter sido convidada de maneira formal pela Presidência da República. (*Folha de S. Paulo*, 13/9/91)

Igrejas se comprometem com preservação da Amazônia

O homem é elemento integrante da Amazônia e como as árvores, aves e florestas deve ser também defendido. Esta constatação marcou toda a Consulta Ecológica Internacional da Amazônia (Belém/PA, 8 a 11 de setembro), promovida pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com o apoio de diversas entidades sociais e movimentos populares, realizada nos dias 8 a 11 de setembro, em Belém (PA).

Sob o tema "Criação e Libertação - o desafio da Amazônia", 75 participantes de igrejas, movimentos populares e organizações não-governamentais do Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Suíça, Suécia e Noruega, levantaram questões, relataram experiências, reuniram informações e emitiram uma série de recomendações direcionadas às igrejas do Norte e do Brasil e à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que será realizada em junho do ano que vem. Entre as igrejas representadas estiveram presentes a Metodista, Presbiteriana Unida, Episcopal e Católica, além da IECLB.

A Consulta foi precedida por visitas dos participantes a quatro regiões da Amazônia - Manaus, Porto Velho, Tucuruí e Marabá. Segundo relatórios apresentados, uma constatação foi unânime: o total descaso das autoridades governamentais para com o homem amazô-

nico, que vive entre a luta pela sobrevivência e a violência e a morte, conseqüências da disputa pela posse da terra. Segundo o sociólogo José Carlos Tavares, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a cada quatro dias ocorre uma morte por conflitos agrários no Brasil. Outro dado alarmante: de 1985 a 1990 houve um total de 3.374 conflitos pela terra, o que dá uma média de quase dois conflitos por dia.

Interesses inconfessáveis - A internacionalização da Amazônia ocupa hoje um papel de destaque entre as preocupações do governo. Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto, a questão é tão séria que a Escola Superior de Guerra divulgou um documento - "1990-2000: a década vital" -, onde afirma que para sobre a Amazônia o risco da internacionalização. O documento chega a admitir a possibilidade de colocar a área em estado de guerra para impedir qualquer tentativa nesse sentido. "A Amazônia não só já está internacionalizada, como o governo se mostra generoso com os incentivos fiscais, abrindo as portas para o capital estrangeiro", argumenta Lúcio Flávio. Ele acrescenta que "por trás dessa histeria dos militares diante do risco da internacionalização, escondem-se interesses inconfessáveis".

Para Orlandino Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), os prejuízos decorrentes

da invasão dos grandes projetos de desenvolvimento são muitos: "os Waimiri-Atoari, nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Balbina, estão vivendo num verdadeiro campo de concentração, e só podem receber visitas com autorização da Eletronorte, da Paranapanema e da Funai", exemplifica.

Trabalho de conscientização - O tema da Consulta foi tratado através da análise de vários teólogos. Para Marília Schüller, pastora metodista, do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep), a sobrevivência do planeta é radicalmente ecumênica, pois envolve o *oikoumene* - todo o mundo habitado. "O ecumenismo radical que precisamos não é radical apenas porque envolve tudo - terra, água, ar, todas as pessoas, a vida vegetal -, mas o é também por exigir uma profunda transformação nas concepções e práticas ecumênicas vividas até o momento", defende ela.

Ao final da Consulta, os participantes emitiram a "Carta de Belém". Entre outros aspectos, o documento protesta contra a situação de violência social no interior da Amazônia e a exclusão e o empobrecimento dos migrantes que foram para a região incentivados pelo governo. "Torna-se necessário que aconteça um trabalho de conscientização que vise uma ação de solidariedade em defesa da luta pela preservação da Amazônia", enfatiza o documento. (Paulo Roberto Salles Garcia/CEDI, 13/9/91)

Manifestação ecumênica repudia pena de morte

Mais de duzentas pessoas participaram da manifestação-passeata ecumênica contra a pena de morte, realizada no dia 11 de setembro, em Belém (PA). O evento contou com a presença de diversas igrejas - Presbiteriana Unida, Luterana, Metodista, Episcopal Anglicana, Centro de Evangelismo Integrado da Amazônia e Católica -, movimentos populares e partidos políticos.

Segundo Francisco Cetrulo Neto, pastor metodista e integrante do Núcleo de Estudos Ecumênicos da Unipop, o objetivo de trazer à tona a discussão sobre a pena de morte, levantada pela proposta do deputado federal Amaral Neto, foi

atingido. "A partir de agora, as bases vão discutir internamente a questão, com debates e seminários, o que contribuirá para que se multipliquem as adesões contra a pena de morte".

Segundo os organizadores, a pena de morte não resolverá o problema da violência, já que esta não é conseqüência de ações jurídicas, mas de estruturas sociais perversas e excludentes, geradoras de fome, falta de moradia e de saúde. "Esta é a modernidade para a qual o Brasil caminha: os descamisados e pés descalços matando-se uns aos outros". (Paulo Roberto Salles Garcia/CEDI, 13/9/91)

Lúcio Flávio Pinto, retomou seu *Jornal Pessoal*, um ponto de vista amazônico, independente e competente. Quinzenal. Assinatura semestral: Cr\$ 5.000,00

Escrever a/c Eduardo.
Tv. 14 de Março, 477,
Cep. 66.113, Belém, PA,
tel.: (091) 225-2487

Série Leituras da Bíblia
v. 1 Lutero (Cr\$ 680,00)
v. 2 Calvino (Cr\$ 1.100,00)
v. 3 Wesley (Cr\$ 950,00)

(Os 3 juntos com 20% de desconto - Cr\$ 2.184,00 -)

Pedidos com cheque nominal ao CEDI a/c do Setor de Distribuição

Acre: denúncias Kampa geram atentado a líder dos seringueiros

Francisco Otoni/CEDI

À grande repercussão na imprensa das denúncias feitas em Brasília por Antonio e Moisés Pianko, lideranças do povo Kampa do rio Amônia no Acre, sobre a presença de posseiros em sua área soma-se agora um atentado contra o coordenador do escritório da Aliança dos Povos da Floresta em Cruzeiro do Sul e membro do Conselho Nacional dos Seringueiros, Antonio Macedo ocorrido na vila Taumaturgo, situada na junção dos rios Amônia e Juruá (AC).

Macedo foi agredido pelo filho do posseiro Nancy Freitas, um dos que havia sido denunciado pelos Kampa como envolvido com o narcotráfico na área. O agressor, após atingir Macedo com socos no rosto, disparou três tiros contra ele, que falharam por problemas técnicos da arma. Apesar da violência, Macedo pôde ouvir, da boca de seu agressor, que seu objetivo era "acertar" Antonio e Moises Pianko assim que chegassem de Cruzeiro do Sul.

O atentado ocorreu no mesmo dia - 11/09 - em que os dois índios preparavam-se para, de Brasília, retornar ao Acre. Apreensivos, seguiram acompanhados apenas por dois funcionários da Funai e outros dois do Ibama, pois a Polícia Federal negou-se a designar um delegado para acompanhá-los, ainda que suas denúncias sobre a exploração de madeira, caça ilegal e a existência de uma rota de narcotráfico dentro de sua área colocasse suas vidas em risco. A Polícia Federal do Acre por sua vez, apesar de estar claramente a par do assunto, afirmou não haver qualquer determinação interna sobre a questão.

Diante dessa situação, a Polícia Militar de Cruzeiro do Sul foi solicitada a acompanhar os Kampa que, de volta à sua área, deverão necessariamente passar pela vila Taumaturgo. O tenente Holanda comprometeu-se a acompanhá-los, auxiliado por mais três soldados.

Ainda assim restam dúvidas quanto à segurança dos índios. Eles mesmos, em ofício ao presidente da Funai Sydney Possuelo, perguntam: "Se acontecer alguma coisa, de quem será a responsabilidade?" (*Núcleo de Direitos Indígenas; CEDI, 17/9/91*)



Márcio Ferreira



Antonio e Moisés (acima) Kampa, estiveram com Milton Nascimento no CEDI, em SP, dia 6/9 repetindo à imprensa as denúncias que fizeram em Brasília às autoridades do governo. Dias depois, Macedo (ao lado) sofria atentado em Vila Taumaturgo.

Invasão e assassinato na Ilha do Bananal

A Superintendência da Funai em Goiás solicitou no dia 13 de setembro, à Procuradoria Geral da República uma ação para apurar as responsabilidades pela criação de um movimento para exploração da Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo, que fica no estado do Tocantins. O movimento criado com o nome de "Moradores da Ilha" vem gerando conflitos com os índios Javaé e Karajá que habitam o lugar há pelo menos 200 anos.

A situação agravou-se na semana passada com o assassinato do índio Uacaré Javaé por policiais militares na cidade de Formoso do Araguaia (TO). A Polícia Federal está investigando o caso. (*Gazeta Mercantil, 14 e 16/9/91*)

□ **Suicídio Guarani:** Siminia-no da Silva, 24, enforcou-se no AI Dourados dia 10 de setembro. É o vigésimo caso em um ano. (*O Progresso/Dourados-MS, 1/9/91*)

□ **Delimitação:** saiu a delimitação da AI Enawenê-Nawê, de 750 mil hectares, nos municípios de Comodoro, Campo Novo dos Parecís e Juína (MT), através de portaria do ministro da Justiça assinada em 13/9/91. É o primeiro caso após a nova sistemática administrativa de reconhecimento de terras indígenas, instituída pelo presidente Collor em fevereiro. (*CEDI, 18/9/91*)

□ **Assassinato:** o índio Wassu Hibes M. de Freitas foi assassinado dia 22/8 em Joaquim Gomes, AL. José Pedro dos Santos, mentor do crime teve a colaboração de um policial militar e dois funcionários da prefeitura de Atalaia, Herlem F. e Benedito da Silva (*CB, 29/8/91*)

Transfronteira é a nova ameaça aos índios, caboclos e meio ambiente

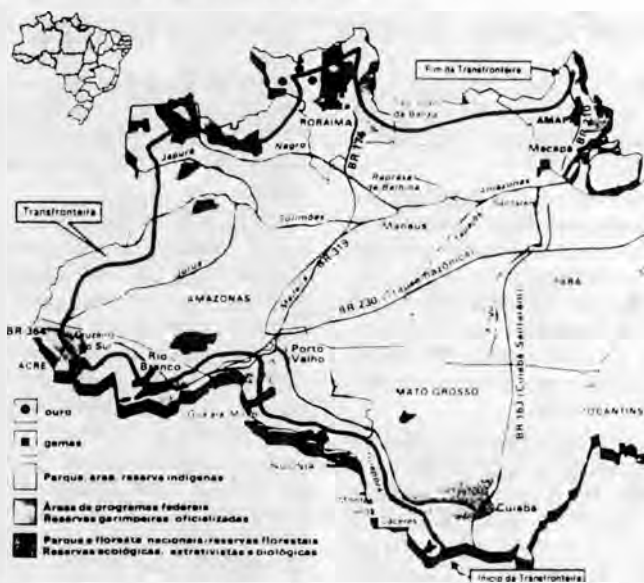
A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), vai analisar, talvez ainda no mês de setembro, o projeto de lei nº 1.930. De autoria da deputada Raquel Cândido (sem partido-RO), o projeto prevê a construção de uma rodovia de quase 7.000 mil quilômetros paralela à fronteira amazônica.

O relator da comissão, Valdir Ganzer (PT-PA), recebeu um documento que deve acirrar a discussão do Projeto Transfronteira, como é conhecido. O Centro de Hidroclimatologia e Sensoriamento Remoto da Amazônia Legal (CHSRA), órgão vinculado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), sediado em Belém, a pedido de Ganzer, fez um traçado preliminar da Transfronteira. Segundo o estudo a rodovia pode provocar forte impacto ambiental em áreas de reservas naturais e indígenas, protegidas pela Constituição. O mapa da Sudam corta seis reservas florestais - o Parque Nacional do Pantanal, a Reserva Biológica do Guaporé, as florestas do Acre e Roraima (incluindo a área do Pico da Neblina) e a reserva florestal do Rio Negro.

Áreas Indígenas - Apesar do projeto prever que essas áreas devem ser contornadas, o traçado atravessa 1.730 km de 22 áreas indígenas. Além desses, há outros obstáculos a serem vencidos pela rodovia, como as serras de São Vicente (MT), Pacaás Novos e Vopiane (RO), Três Irmãos e Gurupira (AM), Tumucumaque (AP) e mais 289 rios e lagos.

Valdir Ganzer encomendou o relatório de impacto ambiental da Transfronteira na região amazônica, alegando falta de informações sobre o traçado definitivo e de uma planilha de custos da obra para análise técnica. O objetivo do projeto é criar um sistema viário que possibilite a interligação com rodovias do Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Está prevista a criação de agrovilas a cada 100 quilômetros, em terras devolutas da União.

A Transfronteira foi idealizada pelo ex-deputado Samuel Saraiva



(RO) em 1987. Em 1989, o projeto entrou na pauta da Câmara pelas mãos dos deputados José Eudes (RJ) e Raquel Cândido. Teve parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Redação, de Relações Exteriores e de Agricultura e Política Rural. Mesmo assim foi arquivado.

Em fevereiro deste ano, a deputada Raquel Cândido pediu o desarquivamento do projeto e a manutenção dos pareceres a favor, bem como de toda a documentação de apoio à obra - cartas de várias embaixadas, entre elas a dos Estados Unidos -, ministérios, instituições vinculadas à ONU e de uma empreiteira.

O relator garante que só dará seu parecer depois de receber análises de outras instituições, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), universidades federais, entidades não-governamentais e dos ministérios que deverão executar o projeto como o de Transportes, Infra-estrutura, Economia e Meio Ambiente.

"Mesmo com o substitutivo apresentado pelo deputado Vicente Fialho, o projeto deve ser revisto. Temos como exemplo de rodovias semelhantes a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, hoje em condições deploráveis", recorda o deputado Valdir Ganzer. (*O Liberal*, 4/9/91; *O Estado de S.Paulo*, 15/9/91)

Garimpeiros ainda exploram área Yanomami

A comitiva formada por deputados federais da CPI da Amazônia, jornalistas e oficiais das Forças Armadas constatou no dia 11 deste mês, em visita à reserva dos Yanomami, na fronteira de Roraima com a Venezuela, que centenas de garimpeiros ainda estão ocupando ilegalmente o território indígena. Apesar da Operação Amazônia Ocidental, deflagrada em julho pela Polícia Federal, para destruir as pistas clandestinas de pouso, no trajeto de 900 quilômetros, entre Boa Vista e São Gabriel da Cachoeira (AM), cumprido, pela comitiva a bordo de um avião Búfalo da FAB, foram observadas do alto pelo menos 200 pistas de pouso em operação.

O comandante do 7º Comando Aéreo Regional (Comar), baseado em Manaus, Antonio Roledó Lobato, confirmou que a atividade extrativa de ouro dentro do território Yanomami continua intensa e difícil de ser detectada. Segundo o brigadeiro, os garimpeiros se embrenham na mata, camuflam os aviões, e saem em geral entre quinta e sexta-feiras, levando o ouro acumulado durante a semana. (*Jornal do Brasil*, 12/9/91)

4º CONCURTO

Confronto de concepções marca 4º Congresso da CUT

Duas diferentes concepções de sindicalismo dividem hoje o poder na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De um lado está a Articulação, comandada por Jair Meneguelli, tentando mudar o discurso e a ação política da entidade. De outro, seus opositores, unidos em um bloco que se intitula Antártica, ou anti-Articulação, que identificam na Central "uma perigosa aproximação com a Social Democracia".

São propostas bastante diferentes. Uma eleger salário, emprego e cidadania como temas prioritários da ação sindical - como consta na tese da Articulação. Outra, mais ortodoxa, vê nas reivindicações e campanhas salariais, um fator de "organização das massas", na perspectiva de garantir o poder à classe operária, temas frequentes no discurso da oposição.

A correlação de forças é delicada e de difícil administração. No Congresso Nacional, encerrado no

último dia 8 em São Paulo, a Articulação garantiu 13 das 25 vagas na Executiva que dirige a entidade. O bloco da oposição ficou com 12 cargos.

"Existem divergências profundas de concepção e de método na Central. A CUT está literalmente dividida. A maioria não pode deixar de ouvir a minoria e por causa de um voto passar o rolo compressor com suas avaliações", diz Sérgio Barroso, da Corrente Sindical Clássica, ligada ao PCdoB, que integrou o bloco Antártica. "É preciso sensibilidade para operar essa composição política. A Articulação não pode mais ignorar que meia Central não está de acordo com suas decisões. Unimos as forças que defendem uma postura mais independente da CUT em relação ao governo e aos patrões", afirma José Maria, da Convergência Socialista.

Gilmar Carneiro, da Articulação, afirma por outro lado que a razão principal de uma Central é

sindical e não revolucionária. Isso significa batalhar por emprego, salário, condições de vida. A idéia da Articulação é a partir da discussão de reivindicações como salários, incentivar o debate sobre a cidadania entre os trabalhadores. "Esse é o grande tema hoje, a cidadania, o mundo como comunidade, e o processo é traumático para quem viveu cinquenta anos com dogmas, como foi o caso da esquerda", diz Carneiro.

O paraíso da cidadania defendida pela Articulação chama-se "socialismo democrático", um sistema onde pequenas e grandes empresas, incluindo as sociedades anônimas, que operariam dentro de um planejamento econômico e social. Neste ponto reside a diferença da social-democracia. A adoção desse sistema não pressupõe golpes de Estado, mas a modificação das instituições e a democratização dos mecanismos de Estado. (Célia Rosenthal/Gazeta Mercantil, 10/9/91)

Nelson Oliveira/CEDI

Concut aprova resoluções das mulheres

As delegadas presentes ao 4º Concut apresentaram para discussão e aprovação as resoluções do 2º Encontro sobre a Mulher Trabalhadora da CUT - junho de 91 - entre elas as reivindicações de creche, salário igual para a mesma função, reconhecimento efetivo da trabalhadora rural, fim dos testes de gravidez e atestados de esterilização para admissão no emprego, fim das revistas íntimas nas fábricas.

Foi aprovada também posição favorável à legalização do aborto, a partir da compreensão de que o aborto clandestino é, no Brasil, uma questão de saúde pública. Finalmente o Congresso aprovou a abertura da discussão sobre as quotas de participação das mulheres nas direções - discriminação positiva -, a ser encaminhado pela Direção e pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora junto às instâncias da CUT. (CEDI, 17/9/91)



Membros da Direção Nacional da CUT, durante o Congresso

4º CONCURTO

Central discutirá plano de lutas

O 4º Concut não foi capaz de traçar um plano de lutas a curto prazo, mas Jair Meneguelli - que herdou a missão de diminuir as escaramuças entre as correntes políticas que atuam dentro da CUT - deve convocar imediatamente uma série de reuniões com a nova Executiva para rediscutir, agora com mais detalhes, as principais ações da entidade para os próximos três anos.

Uma das principais atitudes a serem tomadas é diminuir as lutas dentro da Central, disse Meneguelli. Todas as medidas que vierem a ser tomadas, esclareceu, não colocarão um fim nos confrontos. "Uma central sindical tem que ser pluralista e, por isso, absorver as mais variadas tendências, concepções e opções partidárias". (Claudia Bergamasco/Gazeta Mercantil, 10/9/91)

Filiação Internacional

Por uma pequena margem de votos o Congresso aprovou a decisão da CUT de relacionar-se organicamente com o movimento sindical internacional, a partir de um amplo debate nas várias instâncias da Central. Conforme foi aprovado, o processo será coordenado pela nova Direção Executiva e deverá ser concluído até abril do próximo ano, quando será realizada uma Plenária Nacional que definirá a política de relações internacionais da CUT e em qual das três centrais sindicais mundiais (FSM, CIOLS, CMT) ela se filiara. (CEDI, 17/9/91)

Dados do 4º Concut

Estiveram presentes ao 4º Congresso, 1555 delegados do campo e da cidade, dos quais 18,5% eram mulheres, representando 1679 sindicatos filiados, 3,4 milhões de trabalhadores sindicalizados e mais de 15 milhões de trabalhadores na base.

Foram feitos em preparação ao Congresso Nacional 26 Congressos Estaduais e mais de 50 Regionais, onde participaram mais de 10 mil trabalhadores nas discussões das teses e eleição dos delegados ao Congresso Nacional.

Estiveram presentes também dirigentes de 39 organizações sindicais de 21 países. (CEDI, 17/9/91)

Metalúrgicos de Osasco aderem à Força Sindical

Os metalúrgicos de Osasco decidiram em assembleia a filiação do sindicato da categoria à Força Sindical. Dos 38 mil trabalhadores da base 28 mil são sindicalizados mas participaram da assembleia somente 2500 mil, o que representa apenas 9% dos trabalhadores com direito a voto. Para o presidente do sindicato e secretário de formação da FS, Claudio Camargo Crê, o Magrão, os metalúrgicos participaram de um processo democrático de escolha.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São

Bernardo do Campo e Diadema, Heiguiberto Della Bella Navarro, o Guiba, isso já era esperado. Segundo ele, Magrão não aceitou o desafio da CUT que havia proposto um debate aberto entre o presidente da FS, Luis Antonio de Medeiros e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, o que, para Guiba, seria de fato a democratização do processo de escolha. "Além disso propusemos o método mais fiel de escolha que é o plebiscito e o Magrão não concordou", disse Guiba. (Diário Popular, 13/9/91)

Metalúrgicos rejeitam proposta da Fiesp

Os metalúrgicos do ABC e do Interior rejeitaram a proposta feita pela Fiesp de reajuste de 14% em setembro e 10% em outubro e prometem parar. O alerta foi feito pelo presidente do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Heiguiberto Della Bella Navarro, após reunião de sindicatos da categoria, que decidiram não assinar acordo e tentar melhorar a oferta junto à Fiesp, aos sindicatos patronais ou diretamente às empresas. Os sindicatos que estiveram presentes - São Bernardo do Campo e

Diadema, Santo André, Campinas, Sorocaba, Caieiras, Barretos, Araquarara, Itu, Salto, Amparo, Ribeirão Preto, Pindamonhagaba e Limeira - vão realizar assembleias em suas bases e esperam nova proposta da Fiesp. Embora a produção das fábricas esteja entrando em alta, a CUT acredita que o movimento grevista se concentrará, de fato, nas negociações de novembro que terão como reivindicação principal a reposição dos 84,32% referentes à inflação de março/89 expurgada dos salários. (Diário Popular, 14/9/91)

CUT e Fiesp discutem contrato coletivo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo (Fiesp), Mario Amato, reuniu-se com o presidente da CUT Estadual de São Paulo, José Lopez Feijó. O encontro se deu na sede da Fiesp e marcou o início das negociações entre trabalhadores e patrões para a implantação do contrato coletivo de trabalho, antiga reivindicação da Central.

Segundo Feijó, a idéia foi bem recebida por Amato que prometeu convocar os setores mais reticentes da Federação para mostrar-lhes as vantagens da contratação coletiva e

da negociação permanente. No processo, os trabalhadores, representados pela Central, e os empresários pela Fiesp, firmam um contrato base. Nesse acordo ficam estabelecidas as regras mínimas de convivência entre as partes, como piso salarial, condições de segurança, jornada de trabalho etc. A partir daí os setores negociam em separado suas condições.

Outra vantagem é a exclusão da Justiça do Trabalho na arbitragem desta relação, estabelecendo-se na prática, a livre negociação. (Diário Popular, 12/9/91)

Termina em São Paulo a greve dos bancários

Os bancários da rede privada em São Paulo decidiram em assembleia aceitar a contraproposta de reajuste de 99,05%, incluindo o abono, oferecida pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) à Executiva Nacional, que orientou

todos os sindicatos de bancários do País a aceitarem a proposta.

A paralisação deve continuar no Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Central e outros bancos estatais. (O Globo, 14/9/91)

Para educadores, governo não tem política de educação básica

Durante a 6ª Conferência Brasileira de Educação, *Aconteceu* levantou junto a alguns educadores uma avaliação da atuação do governo Collor na área da educação básica. Eles foram unânimes: não existe tal política. Para Alceu Ferrari, presidente da Anped, há medidas isoladas, como o Programa de Alfabetização (PNAC) e o projeto de grandes construções de escolas. Segundo ele, "o PNAC foi concebido mais no estilo de campanha do que de uma ação articulada com a escola fundamental. Isso é extremamente grave, porque a gente sabe do insucesso, da inutilidade, dos programas de alfabetização no estilo de campanha".

Ferrari pensa que o que está em questão é a própria escola como instituição: "Ela vem sendo abandonada há décadas, está fisicamente em ruínas, mal equipada, um magistério desgastado inclusive politicamente pelo insucesso de suas lutas por melhores salários, com pouca qualificação e sem perspectiva de melhorá-la, em função exatamente dos baixos salários". De acordo com o educador, a lógica que rege a escola não é a do acolhimento universal, todos os seus mecanismos de acesso, progressão e saída são de seleção e exclusão".

Para Silke Weber, ex-secretária de educação de Pernambuco (1987-



Ferrari: escola excludente

90), não há indícios da concretização do PNAC, o programa terminou sem deslanchar: "Acho que houve um grande retrocesso, na medida em que o governo desconsiderou o estágio em que estava o debate nacional a respeito das questões educacionais. O grande debate no período Collor foi a questão das mensalidades escolares e o ensino pago nas universidades", afirma.

"Lutas internas ao MEC impediram que o programa tivesse proeminência dentro do próprio ministério", diz Vicente Madeira, professor da Universidade Federal

da Paraíba. Para Madeira, o PNAC assumiu a configuração de um mecanismo publicitário, como o de uma campanha política: "Nasceu com vícios, desconsiderando a longa experiência nacional e internacional sobre o analfabetismo, com metas ilusórias, assentadas no desconhecimento da função do ensino fundamental, assumindo todas as características de uma campanha". Na opinião de Madeira, o analfabetismo foi visto como uma causa e não como o efeito de uma situação estrutural de miséria.

A professora Guiomar Mello, do Instituto de Estudos Avançados (USP), afirma que a ênfase na alfabetização tem que estar na escola regular e na criança. Ela diz que o Brasil precisa de de uma política nacional de ensino básico, privilegiando "a aprendizagem dos códigos da modernidade, alfabetização e matemática".

"O governo abandonou a escola", diz o ex-reitor da UnB Cristóvam Buarque. "Os Ciacs não são um projeto de educação, são um projeto de prédio". Para Buarque, é preciso mudar as 62 mil escolas do país, reformá-las e construir umas 30 mil (e não 5 mil Ciacs). "Mas não podemos imaginar que será um prédio parecido no Brasil inteiro, isso aí é fazer escola como se fosse viaduto", afirma. (CEDI, 16/9/91)

Publicações do CEDI

Alfabetização de adultos: ainda um desafio. De Regina Hara, 1988 - 36 páginas - Cr\$ 1.600,00

Relata a experiência da autora no acompanhamento de uma classe de alfabetização de adultos, durante dois anos, a partir da incorporação das concepções de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky à prática baseada nas idéias de Paulo Freire.

Ler, escrever, contar: construção de cartilhas para alfabetização de adultos. De Regina Hara - 136 páginas - Cr\$ 3.030,00

Analisa o processo de elaboração e utilização do material didático em projetos de alfabetização de adultos realizado em Diadema, SP, entre 1987 e 1988.

□ **Ciacs I** - As obras do primeiro Centro Integrado de Atendimento à Criança (Ciac) do país, na Vila Paranoá, em Brasília, próximo à residência do presidente Collor, estarão concluídas em 30 de setembro, segundo o arquiteto e autor do projeto, João Filgueiras. A previsão inicial era de que este complexo estaria montado em meados de agosto. O presidente Collor vem pressionando, entretanto, para a sua conclusão.

Com um custo total de Cr\$ 600 milhões, o primeiro Ciac deverá ser inaugurado em 15 de outubro, pelo papa João Paulo II. (*Diário Popular/São Paulo*, 3/9/91)

□ **Ciacs II** - O ministro da Saúde, Alcení Guerra, cancelou a concorrência para a construção de 250 Ciacs no Rio de Janeiro. Alcení afirma que sua decisão evitou que o

contrato causasse um prejuízo de US\$ 40 milhões à União. A empresa que havia vencido o processo de licitação é o consórcio Soma-Cronos.

O projeto do governo Collor é construir cinco mil Ciacs até o final do mandato do presidente. O custo aproximado é de US\$ 1 milhão por unidade, capaz de atender 750 crianças. (*Folha de S.Paulo*, 10/9/91)

□ **Ciacs III** - O governo brasileiro quer exportar o projeto dos Ciacs para Angola. Num encontro de quase duas horas com o presidente José Eduardo dos Santos, o presidente Collor ofereceu cooperação para a construção de Ciacs naquele país. As escolas obedeceriam o projeto desenvolvido para a sua adoção no Brasil. (*O Globo*, 10/9/91)

Secretária acusada de agredir alunas

A primeira-dama gaúcha e secretária de Educação, Neuza Canabarro, deixou de lado o protocolo e se envolveu, em 5 de setembro, em tumulto na entrada da escola Técnica Parobé, onde se concentravam cerca de dois mil alunos contrários à intervenção da secretária no estabelecimento. Embora negue, ela foi acusada de agredir a tapas as alunas Letícia Tasch, 14 anos, e Liane, 15, que participavam de barreira para impedir seu acesso ao prédio. Houve pancadaria entre PMs e secundaristas e a secretária acabou escapando sob proteção policial.

Doze alunos foram espancados a cassetete pela tropa de choque e três policiais foram feridos por pedradas dos manifestantes. As duas estudantes esbofeteadas deram queixa contra a secretária na 1ª Delegacia de Polícia da capital.

A concentração reuniu estudantes das três maiores escolas do estado. Eles protestavam contra a demissão do diretor Luís Carlos da Silva e de toda a diretoria da Parobé, acusada de "irregularidades" pela secretária. Ela pretendia substituí-los por uma comissão de interventores. (*Jornal do Brasil*, 6/9/91)

Professores encerram greve de 10 dias no DF

Os professores da rede pública do Distrito Federal decidiram, em 12 de setembro, terminar com uma greve que já durava 10 dias. A decisão ocorreu um dia após o governador Joaquim Roriz ter ido ao Sindicato dos Professores (Sinpro), fazer um apelo, em nome dos 400 mil alunos, para que a categoria retornasse às aulas.

Roriz assumiu o compromisso de, acompanhado de dois representantes do Sinpro, fazer gestão junto ao Ministério da Economia para obter a isonomia salarial dos professores do DF com os demais professores da área federal. Outro compromisso firmado por Roriz é a garantia do pagamento da diferença de 5%, correspondentes ao acordo coletivo do ano passado. (*Correio Braziliense*, 10/9/91)

Estudantes invadem Secretaria da Educação do RJ

Cerca de 500 alunos de pelo menos 15 escolas estaduais invadiram, em 11 de setembro, o prédio da Secretaria da Educação, para pedir à secretária Maria Yedda Linhares que interceda junto ao governador Leonel Brizola em favor dos professores da rede pública, que ameaçam entrar em greve. Os alunos apoiam os professores e temem perder o ano letivo por causa de uma nova greve.

O presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, Delton Batista, pediu a

Maria Yedda que aceitasse as reivindicações dos professores. Ela explicou que a secretária não podia fazer nada, já que a decisão de aumento de salários era do governador.

Os professores municipais e estaduais paralisaram as aulas durante o dia 12 de setembro, em protesto contra os baixos salários. Eles reivindicam piso de Cr\$ 156 mil para professores iniciantes - hoje, no Estado, eles ganham Cr\$ 68 mil - e de Cr\$ 86 mil para o pessoal de apoio. (*O Globo*, 12/9/91)

Funcionários temem que TVE seja privatizada

Além da utilização irregular da verba de Cr\$ 1,4 bilhão (repassada pelo Ministério da Educação), na promoção de licitações fraudulentas, o diretor da TV Educativa, Leleco Barbosa, é acusado por funcionários da empresa de tentar privatizar a emissora. Leleco, filho do falecido apresentador Abelardo Chacrinha, é marido de Maninha Barbosa, recentemente afastada da superintendência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Rio, em meio a escândalos administrativos.

Segundo os funcionários, mesmo que a concorrência para a pro-

dução dos 300 módulos educativos, que deverão compor o *Jornal da Educação*, seja licitada, isso não justifica a transferência de verba e do trabalho para firmas particulares. Acusado também de favorecer produtoras como a VT-1 e a Getec (ex-Globotec), do Rio de Janeiro, e a Mic Som, de São Paulo - que de acordo com as denúncias seriam *cartas marcadas* para disputar a fase final da licitação - Leleco argumentou que só recorreu às empresas privadas devido à escassez de recursos técnicos e humanos na TVE para a produção do jornal. (*Jornal do Brasil*, 8/9/91)

Governo cria comissão para comprar merenda

O presidente Fernando Collor decidiu criar uma comissão com funcionários dos ministérios da Ação Social, Educação e Saúde, para estudar um novo sistema de compra de alimentos para os programas sociais. A criação da comissão foi acertada entre o presidente e o ministro da Educação José Goldemberg, que apresentou-lhe o relatório sobre a auditoria realizada na compra de Cr\$ 53,4 bilhões em gêneros alimentícios pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). A compra, homologada

pelo ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli, em seu último dia à frente do MEC, é destinada ao programa de merenda escolar.

Segundo Goldemberg, a auditoria detectou algumas falhas que não justificavam a suspensão da compra e, conseqüentemente, a falta de merenda nas escolas públicas.

A tarefa da comissão interministerial será a de criar formas descentralizadas de compras de alimentos para a FAE, LBA e Inan. (*Jornal do Brasil*, 6/9/91)

Educação no Brasil 1987 - 1988. São Paulo, CEDI, 1990. (Aconteceu Especial, 19) - 297 páginas - Cr\$ 10.260,00 — cheque nominal ao CEDI, a/c do Setor de Distribuição

URSS retiram as tropas de Cuba EUA reforçam o cerco à ilha

O presidente soviético Mikhail Gorbachev anunciou, no último dia 11, que a URSS retirará de Cuba uma brigada militar de treinamento e reformulará radicalmente suas relações com o governo de Havana, colocando o intercâmbio econômico numa base de vantagens mútuas. "Modernizaremos as relações com Cuba, no contexto de uma nova situação, das mudanças do mundo e nas relações da URSS com outros países", acrescentou Gorbachev, numa entrevista coletiva após uma reunião com o secretário de Estado norte-americano James Baker.

Sem aviso prévio - Para o governo cubano a retirada das tropas soviéticas da ilha não representa um problema militar: trata-se de apenas 11 mil homens frente aos 180 mil efetivos das forças armadas nacionais e de uma milícia nacional que beira os dois milhões de membros. Mas Gorbachev anunciou a retirada das tropas sem nem mesmo avisar antes os aliados cubanos. É provável que os soviéticos tomaram esta decisão tentando agilizar a concessão de ajuda econômica por parte do governo americano: o rigorosíssimo

inverno russo está prestes a chegar, e depois da quebra das últimas safras, sem ajuda externa a situação da URSS se tornaria dramática. Ao mesmo tempo, ao contrário do que costuma relatar quase toda a imprensa, as relações comerciais entre URSS e Cuba não são mais conduzidas na base da ajuda desde 1989. A indústria da URSS depende do níquel e do cobalto da ilha, assim como Cuba fornece 35% do açúcar e 40% dos cítricos consumidos pelos soviéticos. Além dos cubanos pagarem pelo combustível soviético preço superior ao custo de produção, a URSS dá pelo açúcar de Cuba não mais do que os EUA garantem a outros países pelo mesmo produto. E, pelo menos por enquanto, "o começo do fim do regime cubano" parece estar mais nos sonhos do Departamento de Estado de Washington do que na realidade política da ilha. O problema, porém, é a perspectiva à médio prazo.

Bush quer derrubar Castro - Os EUA não estão interessados em ajudar uma transição democrática em Cuba ou em aceitar a autodeterminação do povo cubano na esco-

ilha do futuro do próprio país. O objetivo de Bush e do Congresso americano é apenas forçar a derrubada de Castro e do sistema socialista implantado com a revolução de 1959. Por isso, segundo análise do professor Wayne Smith, da John Hopkins University de Washington e ex-chefe da seção de interesses dos EUA em Havana, "neste momento nada do que Cuba fizer em termos de abertura política e econômica será considerado suficiente pelos EUA". Segundo Smith, se os EUA forçassem o cerco em volta da ilha, continuando ao mesmo tempo a fomentar os grupos de oposição ao governo, poderia tornar-se inevitável a deflagração de uma longa e sangrenta guerra civil no país, que seria seguida pela intervenção militar direta norte-americana. "Cabe aos países latino-americanos tentar buscar alguma saída, usando sua influência junto a Fidel para convencê-lo a iniciar um processo de mudanças, em troca de uma reintegração, por etapas, de Cuba no continente. Eles são a única esperança", diz. (*O Estado de S. Paulo*, 15/9/91; *CEDI*, 18/9/91)

25 operárias negras morrem numa fábrica nos EUA

Nos EUA, 25 operárias negras morreram asfixiadas em um incêndio na fábrica onde trabalhavam, no estado de Carolina do Norte. As saídas de emergência estavam trancadas, porque os donos da Imperial Food Products temiam que as trabalhadoras roubassem os frangos processados na fábrica. Em todo o estado, de área equivalente à metade do de São Paulo, operam

apenas 27 inspetores encarregados de vigiar as condições de segurança do trabalho. Aconteceu no último dia três de setembro. Nos EUA não há um sistema eficiente de prevenção de acidentes de trabalho, e nunca foram presos ou processados os empresários responsáveis até por acidentes mortais. Os donos da Imperial Food Products provavelmente terão

apenas de pagar uma multa de US\$ 2500, o equivalente a 1,2 milhões de cruzeiros. As operárias mortas ganhavam US\$ 5 por hora de trabalho. Em um acidente parecido, em 8 de março de 1911, morreram 146 operárias da Triangle Shirt West Company de Nova Iorque, e o aniversário da tragédia se tornou o Dia Internacional da Mulher. (*CEDI*, 18/9/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL